

Progresso e Religião

A República no Brasil e em Portugal 1889 • 1910

Amadeu Carvalho Homem
Armando Malheiro da Silva
Artur César Isaia
(Coordenação)



Sérgio Campos Matos

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

REPRESENTAÇÕES DA CRISE FINISSECLAR EM PORTUGAL¹

1. A aplicação do conceito de crise ao caso português, no final do século XIX e princípios do século seguinte, apresenta um especial interesse atendendo à sua singularidade e na medida em que, desde o século XVI (mas sobretudo dos princípios de Oitocentos) a noção de decadência tendeu a dominar a interpretação do percurso histórico nacional. O mesmo se poderá dizer da vizinha Espanha, ainda que no caso desta nação de nações, que já não pode hoje considerar-se uma pequena potência à escala europeia, a desproporção entre o passado e o presente esteja longe de ser tão impressionante como na experiência portuguesa. Mas em ambas as elites contemporâneas — a portuguesa e a espanhola — o sentimento de decadência e de crise dominou desde a ocupação francesa, no princípio de Oitocentos. Ora esta consciência deprimida e crónica de declínio e atraso em relação às nações mais desenvolvidas do Ocidente (Inglaterra, França, Alemanha) antecedeu a eclosão de crises financeiras e políticas, crises de confiança nacional mais delimitadas como as crises portuguesas de 1845, 1876, 1890-92, 1926-33 ou o sexénio revolucionário espanhol (1868-74) e *el desastre* de 1898, para não falar das diversas guerras civis que afectaram o país vizinho nos séculos XIX e XX e das crises que levaram à queda das ditaduras nos anos 70 do século XX.

¹ Este estudo retoma e desenvolve o essencial das ideias expostas em «A crise do final de Oitocentos em Portugal: uma revisão», *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX* (coord. de S. Campos Matos), Lisboa, 2002, pp. 99-115.

O debate sobre a decadência e o atraso dos povos ibéricos desenvolveu-se extraordinariamente a partir do século XVIII, designadamente a partir das reflexões de Gibbon, Montesquieu, Voltaire e uma série de viajantes europeus que percorreram a Península Ibérica nessa época. Responsabilizaram-se a Inquisição, a Companhia de Jesus, o fanatismo religioso, o luxo e a deficiente administração das riquezas ultramarinas pelo declínio. No séc. XIX e no séc. XX alargou-se o diagnóstico das «causas»: o absolutismo, a ignorância e a dependência da Inglaterra (esta última no caso português), o peso excessivo do funcionalismo de Estado, o parasitismo e o modo como se estruturaram os sucessivos Impérios. Pode dizer-se que até aos anos 70 do século passado dominou uma teoria do declínio que embora nos trabalhos de alguns dos mais destacados historiadores portugueses desse tempo — Vitorino Magalhães Godinho, entre outros — já não perfilhasse a ultrapassada noção de decadência, era ainda marcada pela ideia da dependência económica e política de Portugal em relação à Inglaterra. Os trabalhos de Jorge Borges de Macedo e, posteriormente, já nos anos 80, de Jaime Reis², além de vários outros historiadores e economistas mais jovens, vieram iluminar de um novo ângulo a problemática da dependência. Esta não é negativa em si mesma. Tudo depende do modo como é gerida em determinados ramos e em situações concretas. Sendo certo que uma pequena potência tem sempre que administrar múltiplas variáveis e por vezes difíceis conjunturas de equilíbrio e pressão internacional (caso da crise que antecede a instauração da primeira experiência liberal portuguesa em 1820).

2. O período que medeia entre o Ultimatum britânico de 1890 e a implantação da I República (1910) tem sido interpretado pela historiografia portuguesa nos mais desencontrados sentidos. No entanto, em quase todas essas interpretações está implícita ou explicitamente presente a noção de

² Jorge Borges de Macedo, «Diplomacia, agricultura e comércio transitário: factores subalternizados no estudo do Tratado de Methuen», *Nova Economia em Portugal*, Lisboa, 1989, pp. 75-93 e Jaime Reis, *O atraso português 1850-1930*, Lisboa, s.d. [1993], pp. 9-32.

crise ou, pelo menos, o reconhecimento de crescentes dificuldades que então viveu o regime constitucional monárquico. Assim, por exemplo, na obra de um historiador republicano como José de Arriaga (um dos primeiros a tecer um balanço desse tempo) surge a ideia do agravamento da situação económica e financeira a par da analogia entre a acção dos políticos monárquicos no poder durante o reinado de D. Carlos, com destaque para João Franco, e o cabralismo³. Noutra campo, conservador e católico, Fortunato de Almeida faria uma rasgada apologia política de D. Carlos e de João Franco. Mas não deixaria de notar «a dolorosa crise económica e financeira» que afectava o país, ameaçando «os fundamentos da ordem pública pela quebra dos laços da disciplina política e social»⁴.

Para além de tempo de crise, os anos 90 do século XIX têm sido considerados por não poucos historiadores como um momento de viragem em que se manifestaram sinais inequívocos de que as estruturas económicas e sociais do Antigo Regime estavam a chegar ao fim (Albert Silbert, Joel Serrão). Outros autores, embora situem o fim do Antigo Regime noutra momento histórico — os meados do século XIX —, consideram o decénio de 1890 uma marcante baliza de periodização histórica. Deste ponto de vista, relevante não terá sido a mudança na forma do regime político em 1910, mas a crise que leva à substituição de um modelo de desenvolvimento económico por outro (Armando Castro, M. Halpern Pereira, António Telo, entre outros), com características diferenciadas, mais proteccionista. Sublinhe-se, aliás, que diversos historiadores britânicos adoptam os finais do século XIX como tempo de emergência da época contemporânea, aplicando o termo história moderna a um período longo, dos finais do séc. XV até àquele momento — é o caso de Geoffrey Barraclough. Nesses conturbados anos 90 ter-se-iam tornado evidentes diversos factores de mudança: a segunda revolução industrial (electricidade, motor de explosão), o novo imperialismo, a transição entre um padrão europeu em política internacional e um padrão

³ José de Arriaga, *Os últimos sessenta anos*, Lisboa, 1905, pp. 216 e ss.

⁴ Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, vol. VI, Coimbra, 1929, pp. 487-489 e pp. 549-550.

global, a emergência da democracia de massas e a distanciação relativamente aos valores do liberalismo clássico⁵. A crise finissecular teve pois, de diversos pontos de vista, relevância na demarcação de um novo tempo.

Note-se, todavia, que ao longo do século XIX, Portugal viveu múltiplas conjunturas de crise económica, financeira, política, moral. Pode até dizer-se que as elites intelectuais e políticas oitocentistas foram profundamente marcadas por uma consciência de crise que se acentuou em momentos bem precisos: nas invasões francesas (1807-10) e nos anos que imediatamente se lhe seguem, de perda do mercado brasileiro e de domínio britânico na metrópole; nas duas guerras civis (1832-34 e 1846-47), em que se confrontaram diversas opções políticas; nas crises financeiras de 1845, 1876 e 1890-92; nos frequentes abalos que sofreu a Monarquia liberal, do malogro da primeira experiência liberal vintista (1823) aos efeitos do Ultimatum britânico de 1890, passando pelo instável reinado de D. Maria II e pelos anos conturbados que se seguem à Janeirinha (1868-71). A consciência do declínio e do atraso do país relativamente às nações do Noroeste europeu acentuou-se com a perda do Brasil e com a distanciação, em termos de desenvolvimento económico comparado, com outras pequenas e médias potências (Suíça, Bélgica, Holanda, Espanha e Itália). Alimentou todo um debate acerca das condições de viabilidade de Portugal como Estado e nação multisseculares e independentes.

A crise financeira e económica que se torna evidente no início do decénio de 1890 tem raízes muito anteriores – um desenvolvimento assente no endividamento do Estado e no défice orçamental que caracterizou a política da monarquia constitucional, com destaque para o governo de Fontes Pereira de Melo. A conjuntura internacional afectou profundamente a vulnerável situação das contas públicas: a perturbação política que se viveu no Brasil, na sequência da instauração da República federal (1889), a quebra do câmbio da moeda brasileira e a brutal diminuição das remessas dos emigrantes tiveram um efeito devastador sobre as finanças do Estado português. A sin-

⁵ Geoffrey Barraclough, *An introduction to contemporary history*, Harmondsworth, 1979, pp. 24-26.

gularidade desta conjuntura relativamente às conjunturas de 1846, 1865-71 e 1876⁶ foi o seu agravamento com um factor de política internacional e de política interna: a reacção nacionalista ao Ultimatum britânico de Janeiro de 1890, aproveitada pelo republicanismo radical, afectou profundamente a confiança no regime constitucional e nas suas instituições: chefe de Estado, governos, partidos políticos monárquicos, parlamento. Ambiente que não terá favorecido a recuperação do mercado financeiro.

Não há consenso entre os historiadores portugueses acerca dos efeitos da crise financeira e das políticas então adoptadas sobre as actividades produtivas e a vida económica em geral. Entre outros aspectos, procura averiguar-se os factores que desencadearam a crise e em que medida ela afectou as actividades económicas — comércio, agricultura e indústria⁷. Diversos autores tem acentuado as proporções e incidências da depressão da economia nacional no último decénio do século XIX, coincidente com idêntica situação em diversos outros países europeus, procurando explicá-la a partir da grave crise financeira: queda da Baring Brothers (1890), com a conseqüente falência de bancos no Porto e Lisboa⁸. A crise teve como uma das suas manifestações a falência de empresas, contracção do comércio (em Lisboa teriam fechado cerca de 400 estabelecimentos comerciais) e incidência social, com desemprego na indústria e aumento da conflituosidade social relacionados com o agravamento do custo de vida. O crescimento do número de greves remonta, aliás, a 1889⁹.

⁶ Veja-se Eugénia Mata e Nuno Valério, *História económica de Portugal uma perspectiva global*, Lisboa, 1994, pp. 140-161.

⁷ Veja-se, entre outros, Pedro Lains, «A crise financeira de 1891 em seus aspectos políticos», *Crisis em Portugal nos séculos XIX e XX* (coord. de S. Campos Matos), Lisboa, 2002, pp. 57-79.

⁸ António Sousa Franco, «As finanças públicas no liberalismo monárquico: o desequilíbrio crónico», *História de Portugal* (dir. de João Medina), vol. IX, Alfragide, 1993, p. 44 e Luís Aguiar Santos, «A crise financeira de 1891: uma tentativa de explicação», *Análise Social*, vol. xxxvi, n.º 158/159, 2001 pp. 202-206.

⁹ Acerca da dimensão social da crise veja-se Armando Castro, «Tensões e modificações económico-sociais (1890-1910)», *História de Portugal* (dir. de Hermano Saraiva), vol. IV, Lisboa, 1986, p. 238, José Tengarrinha, *Estudos de história contemporânea de Portugal*, Lisboa, 1983, pp. 73-74 e Rui Ramos, *A Segunda Fundação. História de Portugal* (dir. de José Mattoso), vol. VI, Lisboa, 1993, p. 184. Cf. A este respeito o testemunho coevo de Fialho de Almeida, *Os Gatos*, vol. IV, Lisboa, 1949 (texto datado de 1891), p. 263.

Não oferece dúvidas que a crise de 1890-92 teve uma dimensão social (ainda mal conhecida) e política bem evidente — instrumentalizada e dramatizada de um modo sem precedentes pelos sectores mais radicais. Os homens que a viveram encararam-na como uma crise global. Exemplo disso mesmo é o testemunho de Guerra Junqueiro, ao dramatizá-la do seguinte modo:

«A crise não era simplesmente económica, política ou financeira. Muito mais: *nacional*. Não havia apenas em jogo o trono do rei ou a fortuna da nação. *Perigava a existência, a autonomia da pátria. Hora grande, momento único. A revolução impunha-se*»¹⁰. E, na verdade, o ambiente revolucionário criado levaria, a curto prazo, à tentativa de derrube da monarquia, a 31 de Janeiro de 1891, no Porto.

Por seu lado, Augusto Fuschini considerou-a «uma das mais profundas crises» da história nacional. Tal como Silva Cordeiro, para além da dimensão financeira, associou-a à «derrocada moral» e ao desprestígio dos partidos e dos políticos monárquicos¹¹.

O desaparecimento de Anselmo José Braamcamp (1885), dirigente do Partido Progressista e, pouco tempo depois, de Fontes, líder regenerador — ambas personalidades carismáticas e referências históricas dos dois partidos do rotativismo — deixara um vazio difícil de preencher no meio político português, nos anos finais do reinado de D. Luís. Multiplicavam-se as facções políticas comandadas por interesses pessoais e acentuava-se um sentimento de orfandade política, perturbação e declínio.

Não surpreende assim a expectativa que diversos sectores da opinião pública depositaram no recém investido rei D. Carlos (1889), aquando da crise política do Ultimatum (1890), em larga medida construída e agudizada pela propaganda republicana. Acentuava-se então a distância entre os políticos monárquicos, e as camadas urbanas, facilmente permeáveis à reacção emocional e exacerbada contra a «afrenta» britânica e ao clamor de

¹⁰ Guerra Junqueiro, *A Pátria*, Porto, s. d. (1ª ed. 1896), p. 190.

¹¹ Augusto Fuschini, *Liquidações políticas*, Lisboa, 1896, pp. 36-37

desagravo. O eleitoralismo fácil, os compadrios na obtenção de empregos e na concessão de obras públicas, entre outras práticas comuns, alimentavam o descrédito dos políticos. Num momento de crise de confiança nacional, motivada pelo sentimento de humilhação ante a Grã-Bretanha e pelas crescentes dificuldades económicas e financeiras, quando se revelava a incapacidade dos partidos políticos para enfrentá-la, tornava-se expediente fácil (e eficaz em termos de propaganda) responsabilizar a coroa pela situação que se vivia.

Neste contexto, o republicanismo era por muitos vivido como crença otimista e messiânica, sentimento e esperança redentora num futuro melhor. Desde 1878 o Partido Republicano encontrava-se representado no parlamento e até 1895 elegeria deputados em quase todas as legislaturas. Mas, neste último ano, o governo regenerador de Hintze Ribeiro e João Franco promulgava um decreto (28 de Março) que restringia a capacidade eleitoral. Em consequência, o potencial eleitoral reduzia-se de novo. Caminhava-se assim em sentido contrário à tendência para a democratização do sufrágio que se verificava noutros países europeus (Espanha, Bélgica, Holanda, etc.)¹². Sem representação das minorias, o sufrágio urbano — Lisboa e Porto, em que os republicanos tinham maior influência — diluía-se em grandes círculos plurinominais, que abrangiam extensas áreas rurais. E em 1901 (dec. de 8 de Agosto) persistiam as condições censitárias e capacitárias em vigor, agora no quadro de uma nova organização dos círculos eleitorais (lei de 26 de Julho de 1899). A representatividade do parlamento distanciava-se do país real e das dinâmicas sociais e políticas que nele se desenvolviam. Dificultava-se a possibilidade de uma futura alternância no poder das forças exteriores ao sistema. Estas eram relegadas assim, sobretudo no caso do Partido Republicano, para uma movimentação social e política de rua, instigada desde 1890 pela chamada geração do Ultimatum que, em 1910,

¹² Pedro Tavares de Almeida, «Introdução», *Legislação eleitoral portuguesa 1820-1926*, Lisboa, s.d., p. XIX. Segundo o decreto de 28-III-1895 votavam todos os cidadãos com um rendimento acima de 100 mil réis, alfabetizados ou chefes de família e com idade superior a 21 anos.

alcançaria o poder. Em 1890, com uma projecção sem precedentes, as massas afirmavam-se como factor político a ter em conta, primeiro em Lisboa, depois no Porto e noutros centros urbanos de província. Inicialmente de um modo espontâneo, num segundo momento logo instrumentalizadas politicamente pelo republicanismo radical¹³.

À irrupção deste «factor democrático» assinalado por Basílio Teles¹⁴, correspondeu o enfraquecimento da posição do poder político, mais vulnerável e exposto à crítica das forças da oposição. Por outro lado, afirmaram-se propostas no sentido do reforço do poder de Estado, a que aderiu a maior parte dos Vencidos da Vida, grupo de amigos de Oliveira Martins que, em Lisboa, por volta de 1888 e nos anos seguintes, depositavam esperanças na próxima subida ao trono do jovem príncipe D. Carlos. António Cândido, José Falcão, Augusto Fuschini e João Franco situam-se nesta linha. Bem como, no final do século (1898), os chamados Endireitas, grupo de intelectuais, políticos e militares das campanhas de África (Luís de Magalhães, Mouzinho de Albuquerque, Caldas Xavier, Aires de Ornelas).

Por essa época, a implantação da República no Brasil (1889) e a instabilidade política em Espanha animavam os republicanos portugueses. Também a política colonial e diplomática que se consubstanciou no célebre Mapa Cor-de-Rosa — tentativa de salvar o regime na interpretação de Basílio Teles — e conduziu ao Ultimatum de 1890 viria, indirectamente, a criar as condições para que o republicanismo se tornasse o grande arauto dos interesses nacionais e da integridade territorial contra a ameaça britânica. A tentativa revolucionária do 31 de Janeiro de 1891 no Porto — «essa espécie de ataque epiléptico» que encerrou a «longa sobre-excitação do cérebro nacional», nas expressivas palavras de Heliodoro Salgado¹⁵ — falhou por

¹³ Veja-se Amadeu Carvalho Homem, *Da Monarquia à República*, Viseu, 2001, pp. 95-109 e Sérgio Campos Matos, «O republicanismo radical e movimento estudantil numa conjuntura de crise (1890-1891)», *Uma vida em História. Estudos em homenagem a António Borges Coelho*, Lisboa, 2001, pp. 559-590

¹⁴ Basílio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro. Esboço de história política*, 2ª ed., Lisboa, 1968 (1905), p. 16.

¹⁵ Heliodoro Salgado, *A insurreição de Janeiro*, Porto, 1894, p.83.

razões que são sobejamente conhecidas. Mas a data ficaria gravada na memória histórica republicana como um momento cheio de simbolismo. O Centro Democrático Federal 15 de Novembro, grupo republicano cuja bandeira vermelha e verde saiu à rua Porto, em 31 de Janeiro, remetia no seu próprio nome para a data da instauração da República no Brasil. Esta teve um eco significativo na imprensa periódica, em sentidos diversos (favoráveis ou desfavoráveis), bem como na propaganda política republicana em Portugal, incentivando as acções anti-monárquicas¹⁶.

Perante o descrédito dos partidos do rotativismo, afastados do poder de Outubro de 1890 a Fevereiro de 1893, acentuava-se claramente a função do Chefe de Estado. Os governos extraparlamentares de João Crisóstomo (1890-91) e José Dias Ferreira (1891-93) que negociaram o tratado definitivo com a Grã-Bretanha para a definição do império africano e, em condições difíceis, tentaram debelar a grave crise financeira que colocara o Estado em face da bancarrota, evidenciavam já tal tendência. A ideia de uma ditadura militar como recurso possível emerge por esta altura. Numa sociedade em que as classes médias eram débeis, o espírito de cidadania e a opinião pública de alcance restrito, em momentos críticos, o exército tendia a tornar-se uma instituição chave. O século xx confirmaria uma constante que vinha de 1820.

No domínio da instrução pública, as reformas de Jaime Moniz (1894-95), de inspiração germânica, reestruturaram profundamente o sistema nos graus primário e secundário liceal, num conjunto integrado e coerente de propósitos culturais e pedagógicos a que não era alheio um propósito de formação nacionalista da juventude. Todavia, a taxa de analfabetismo manter-se-ia extremamente elevada, mesmo em comparação com outros países do Sul da Europa. Na verdade, entre a população com mais de 6 anos, baixaria tão-só de 79,2% em 1890 para 75,1%, em 1911, enquanto em Itália, nesta

¹⁶ Veja-se Eduardo Cordeiro Gonçalves, *Ressonâncias em Portugal da implantação da República no Brasil (1889-1895)*, Dissertação de Mestrado apresentada na FLUP, 1995, pp. 50-119 e Luísa Maria G. Teixeira Barbosa, *O ideário republicano nas relações Brasil/Portugal, 1880-91*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 2002, pp. 37 e ss.

última data, se reduzia já a 38% e em Espanha, em 1910, a 50% (maiores de 10 anos)¹⁷. Em 1911, um intelectual americano que se correspondeu com o Presidente Manuel de Arriaga interrogava-o, incrédulo, se era verdade que, por esse tempo, 80% da população portuguesa pudesse encontrar-se, a este respeito, no estádio da Inglaterra em 1750¹⁸.

É certo que a população escolar nos diversos graus de ensino revelou, de uma maneira geral, uma tendência para o crescimento. Mas em 1890 a taxa de escolarização situava-se ainda no modesto valor de 22%, para em 1930 não ultrapassar os 27%¹⁹, mantendo-se muito aquém das taxas de crescimento dos outros países do Ocidente europeu, incluindo a Espanha e a Itália (num conjunto de catorze nações europeias, só era superior à da Roménia até ao dealbar do século XX). Este panorama cultural terá condicionado fortemente o desenvolvimento económico, sobretudo no que respeita ao ritmo de difusão das novas tecnologias aplicadas nas diversas actividades produtivas. Por outro lado, o baixo rendimento *per capita* da população portuguesa terá limitado consideravelmente a procura da escola e da alfabetização.

3. A crise de confiança de parte significativa das elites políticas e intelectuais nas possibilidades de regeneração nacional, acentuada na seqüência do Ultimatum britânico e das graves dificuldades financeiras de 1890-92, ficou bem documentada num conjunto muito variado de textos, da historiografia ao ensaio e à crónica de costumes, passando por diversos géneros literários: refiram-se, entre outras, as obras de Oliveira Martins, Augusto Fuschini, Teixeira Bastos, Silva Cordeiro, Manuel Laranjeira, Fialho de Almeida ou ainda dos poetas António Nobre ou Alberto de Oliveira.

¹⁷ Carlo M. Cipolla, *Instrução e desenvolvimento no Ocidente*, Lisboa, s.d., pp. 129-130.

¹⁸ Carta de C. Argue de 24-08-1911, *Correspondência política de Manuel de Arriaga* (Org. de Sérgio Campos Matos e Joana Gaspar de Freitas), Lisboa, 2004. Numa explicação parcial, Argue atribuía a razão desse atraso ao catolicismo dominante no país.

¹⁹ António Candeias (dir. e coord.), *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX. Os censos e as estatísticas*, Lisboa, 2004, p. 37.

Em 1879, na sua *História de Portugal*, de larga audiência, Oliveira Martins traçara um quadro crítico e muito negativo do Portugal posterior à Restauração de 1640. E concluía a sua narrativa histórica com um diagnóstico muito negativo em relação à situação que o país então vivia. Referia-se à ausência de um escol capaz de orientar um povo que, em seu entender, carecia de homogeneidade, de patriotismo e de espírito de cidadania. Interrogava-se ainda, em termos algo cépticos, acerca das possibilidades de ressurgimento nacional²⁰. No *Portugal contemporâneo* (1881) o historiador aprofundou a crítica ao funcionamento do regime liberal que já traçara anteriormente. Recorria com frequência a metáforas organicistas que remetem para a decadência e a morte da nação, aludia ao «pessimismo (...) do carácter português» e concluía equacionando duas possibilidades para o futuro do país: a solução iberista ou «ir vivendo, regeneradamente, à espera do que está para vir». Nenhum dos caminhos era para Martins satisfatório. Mas não duvidava que Portugal vivia uma crise²¹ (note-se que escrevia assim em 1881).

A par de Antero de Quental e de Eça de Queiroz, Oliveira Martins foi seguramente um dos mais influentes autores do seu tempo que deixou fortes marcas nas elites intelectuais dos finais do século. O seu devastador olhar sobre Portugal como uma «pequena Turquia do Ocidente», destituída de «carácter orgânico de nação»²² não podia deixar indiferentes os seus conterrâneos. Na verdade, o sentido crítico do seu diagnóstico e o tom melancólico subjacente às suas palavras contribuiu indelevelmente para a formação dos jovens que viveram a crise finissecular. Também a atitude mental daqueles seus amigos se caracterizou por um olhar marcadamente pessimista ressoando o pensamento de filósofos como E. Hartmann e Schopenhauer. Os poetas da época exprimem com especial acuidade um

²⁰ J.P. de Oliveira Martins, *História de Portugal* (introd. de Isabel Faria e Albuquerque e pref. de Martim de Albuquerque), vol. II, Lisboa, s.d., pp. 296-298.

²¹ J.P. de Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, vol. III, Lisboa, 1953, p. 310

²² *Ibid.*

acentuado sentimento decadentista de desengano, desistência e tédio²³. Veja-se, por exemplo, o caso de um António Nobre. O poeta de Só iniciava um dos seus mais conhecidos sonetos com a seguinte estrofe: «Em certo Reino, à esquina do Planeta, / Onde nasceram meus Avós, meus Pais, / Há quatro lustros, viu a luz um poeta / Que melhor fora não a ver jamais». E num outro poema datado igualmente de 1889, deparamos com o mesmo apelo nihilista, em termos radicais: «Falhei a Vida. Zut! Ideais caídos! / Torres por terra! As árvores sem ramos! / Ó meus amigos! todos nós falhámos... / Nada nos resta. Somos uns perdidos»²⁴. Atitude vencidista que já encontramos na ficção de Eça de Queiroz (lembrem-se Carlos da Maia e João da Ega). Como em 1893, deparamos no autor d'*Os Maias* a noção de que as certezas do positivismo e do cientismo estavam ultrapassadas, a elas se opondo uma certa espiritualidade religiosa e mística que se manifestava em torno de múltiplas crenças, fossem elas no domínio do cristianismo, do budismo ou do espiritismo²⁵. Face à confiança na ciência no progresso e na razão, de matriz iluminista, que marcou as filosofias finalistas da história oitocentistas, reagia um sentimento de desordem em relação à civilização industrial, um novo interesse pelo inconsciente e pelo irracional. Em sociedades que caminhavam na senda da secularização e do laicismo, caía-se na dúvida e na incerteza, a anunciar as perplexidades do homem moderno.

Já no início do século XX, não exprime a obra de Manuel de Laranjeira (embora noutros termos), com densa carga dramática, a consciência deprimida e pessimista a que atrás nos referimos? Em Fevereiro de 1909 o médico de Espinho registava no seu diário a convicção de que os Portugueses eram uma «raça perdida» e que a sua «decadência degenerativa» era manifesta²⁶.

²³ Para uma visão de conjunto sobre esta poesia finissecular, veja-se José Carlos Seabra Pereira, «Espírito e temas da poesia decadentista e simbolista», *Regards sur les deux fins de siècle (XIX^e-XX^e)*, Bordéus, 1996, pp. 73-82.

²⁴ António Nobre, *Poesia completa*, Lisboa, s.d. (poema datado de 1889), p. 205.

²⁵ Eça de Queiroz, «Positivismo e idealismo», *Notas contemporâneas*, Lisboa, s.d., pp. 185-196.

²⁶ Manuel Laranjeira, *Diário Íntimo* (pref. e notas de José M. Vasconcelos), Lisboa, s.d., p. 178.

Passagem tanto mais significativa quanto, no ano anterior, este autor rejeitara a teoria da degenerescência colectiva, tão em voga ao tempo²⁷, sobretudo pela influência da obra de Max Nordau (1892)²⁸. Mas Laranjeira ainda concebia a necessidade de um esforço voluntarista de reconstrução da sociedade portuguesa, por via da educação, se bem que o seu diagnóstico da situação fosse muito negativo, como que encerrando os problemas portugueses num círculo vicioso: «O nosso pessimismo quer dizer apenas isto: que em Portugal existe um povo, em que há, devoradas por uma polilha parasitária e dirigente, uma maioria que sofre porque não a educam e uma minoria que sofre porque a maioria não é educada»²⁹.

Os tópicos da decadência e da degenerescência dos povos latinos face à agressividade dos germânicos e anglo-saxões, do tédio, do nihilismo e da morte difundiam-se extraordinariamente entre a elite intelectual. Anos mais tarde, Camilo Pessanha abrirá a sua *Clepsidra* com um breve poema intitulado «Inscrição»: «Eu vi a luz em *um país perdido* / A minha alma é lânguida e inerme. / Oh! Quem pudesse deslizar sem ruído! No chão sumir-se como faz um verme...»³⁰ (sublinhado nosso). A problemática da desagregação e do vazio, num país também ele desencontrado, à deriva, à procura de si mesmo, exprimia-se assim superiormente pela voz de um dos mais originais poetas do seu tempo.

Nesta atmosfera de cepticismo em que se dramatizava a morte da pátria e o «epílogo da raça» compreende-se que uma atitude de enraizamento — o culto do passado de um Portugal de tradições rurais e autênticas, resistindo às culturas de importação — fosse entendido como um factor de continuidade e coesão nacional pelos autores da chamada Geração de 90: lembrem-se o neogarretista Alberto de Oliveira e, mais uma vez, António Nobre. Mas a memória histórica não era apenas lugar de redenção e con-

²⁷ Id., «Pessimismo Nacional IV», *O Norte*, 14-01-1908 in *Pessimismo nacional*, s.l., n.d., p. 40.

²⁸ Max Nordau, *Degenerescence*, Paris, 1894 (1ª ed., 1892).

²⁹ Manuel Laranjeira, *Op. cit.*, p. 41.

³⁰ Camilo Pessanha, *Clepsidra* (ed. crítica de Paulo Franchetti), Campinas, 1994, p. 81.

forto. Também se olhava o passado nacional como tragédia e naufrágio, metáforas que diversos autores — caso de Alberto de Oliveira, Manuel Laranjeira ou o seu amigo D. Miguel de Unamuno — retomam de Oliveira Martins. Lembrem-se as palavras crepusculares de Alberto de Oliveira a este respeito, em 1892, a propósito da morte de Antero e de José Falcão: «A impressão que todos sentimos, pobres criaturas sem iniciativa, últimas ruínas inúteis de gerações esforçadas e valorosas, foi desamparo e frio. *O epílogo doloroso da nossa raça, a cada morte destas se faz mais trágico e agoirento (...)* E a cada suicídio de um génio, a cada morte de um santo, mais precipitados são os nossos passos em falso, e a visão da fatalidade se nos faz mais próxima»[sublinhado nosso]³¹.

Toda uma antropologia acerca do português se desenvolvia, não raro investivando a sua passividade e resignação — a proverbial indiferença perante a vida política, uma constante no discurso político oitocentista, sobretudo republicano. Na senda de Oliveira Martins, multiplicavam-se as reflexões críticas sobre o carácter português, em sintonia com o determinismo rácico então em voga, por exemplo, na voz do republicano radical Basílio Teles: «Todo o mundo reconhece que somos fracos de carácter; que não somos excepcionalmente favorecidos em dotes de inteligência; que não podemos exhibir ao mundo, com orgulho, uma personalidade eminente na ciência, na filosofia, na invenção (...) não temos enfim uma fisionomia colectiva original, bem definida de linhas, e de pujante relevo»³².

Ou, no olhar fatalista de Guerra Junqueiro: «O português, apático e fatalista, ajusta-se pela maleabilidade da indolência a qualquer estado ou condição. Capaz de heroísmo, capaz de cobardia, toiro ou burro, leão ou porco, segundo o governante. Ruge com Passos Manuel, grunhe com D. João VI. É de raça, é de natureza. Foi sempre o mesmo»³³.

³¹ Alberto de Oliveira, «Duas almas» (texto de 1892), *Palavras loucas*, Porto, 1984, p. 135.

³² Basílio Teles, *Op. cit.*, p. 161.

³³ Guerra Junqueiro, *Op. cit.*, p. 191.

Este perfil seria aliás imortalizado por Rafael Bordalo Pinheiro no estereótipo do Zé Povinho, criado em 1875 e depois extraordinariamente difundido³⁴. Corrente se tornou a tese segundo a qual a crise se devia a este perfil débil do carácter português, acentuado por factores históricos³⁵. A teoria da decadência tal como foi formulada nos princípios do século XIX pela primeira geração liberal (José Liberato Freire de Carvalho e Rocha Loureiro, entre outros) e depois reelaborada por Herculano e por Antero de Quental continuava a alimentar uma consciência de crise crónica, num certo sentido uma consciência de auto-flagelação nacional. E sobretudo exprimia um olhar muito crítico sobre uma sociedade que maioritariamente resistia à modernidade.

Por outro lado, era muito comum a ideia da ausência de homens capazes de enfrentar a situação³⁶ que se traduzia numa expectativa messiânica: onde encontrar um salvador? Para Augusto Fuschini, num discurso pronunciado no parlamento, pouco após a tentativa revolucionária de Janeiro de 1891, só o próprio rei poderia salvar o país de uma revolução³⁷. E em 1892, Oliveira Martins fazia a apologia, em termos inequívocos, da «ditadura de um rei apoiado em homens capazes» como meio de evitar que o Estado entrasse em decomposição³⁸. Mas a ideia da ausência de estadistas de valor, que estivessem à altura da situação crítica que o país atravessava, tendia a generalizar-se. Para Fuschini a imprensa monárquica não mobilizava a opinião pública por se saber que esta última não se traduzia em força política. Os seus ataques ao poder moderador eram apenas comandados por interesses de facção³⁹.

³⁴ João Medina, «O Zé Povinho, estereótipo nacional: a autocaricatura do 'homo lusitanus'», *História de Portugal* (dir. de J. Medina), vol. xv, Alfragide, 1993, pp. 49-181.

³⁵ Basílio Teles, *Op. cit.*, pp. 150-158.

³⁶ Cf., por exemplo, Fialho de Almeida, *Os Gatos*, vol. III, Lisboa, s.d., p. 161 [texto de 12-X-1890].

³⁷ Augusto Fuschini, *Op. cit.*, p. 112.

³⁸ Oliveira Martins, «Aperçu sur la situation du Portugal», *Política e história*, vol. II, Lisboa, 1957, p. 314.

³⁹ Augusto Fuschini, *O presente e o futuro de Portugal*, Lisboa, 1899, pp. 329-330.

Entretanto, na política internacional dominava o darwinismo social – «a apoteose da força triunfante no caos obscuro e confuso do pensamento», de que falava Oliveira Martins, poucos dias depois do Ultimatum⁴⁰. Em 1898, ano da guerra hispano-americana, chegou a difundir-se o boato de um Ultimatum dos Estados Unidos a um Portugal neutral no conflito (que todavia permitira o reabastecimento da esquadra espanhola do almirante Cervera em Cabo Verde). De um modo geral, a opinião pública portuguesa colocou-se ao lado da Espanha — o paralelismo entre a situação das duas velhas potências ibéricas e coloniais era evidente. E os ecos do célebre discurso do primeiro ministro britânico, o conservador Lord Salisbury, em Maio de 1898, na Primrose League, em que se referia às «nações moribundas» em vias de perderem os seus impérios, perturbavam ainda a consciência das elites peninsulares⁴¹.

Para os republicanos, a alternativa à dominação dos anglo-saxónicos era a confederação dos povos latinos, abrangendo também, os estados da América do Sul, com destaque para o Brasil. Em 1890, esta proposta tornara-se muito comum⁴². Tal convergência era entendida como uma etape da federação de todas as nações. Na verdade pretendia ser uma resposta ao pangermanismo e ao imperialismo britânico. Não passava, todavia, de uma confortável utopia.

Já no início do século XX, a crise do constitucionalismo monárquico acentuou-se com as dissidências individuais e de grupo a complicarem o jogo político no campo dos partidos tradicionais. As cisões que deram origem ao Partido Regenerador Liberal de João Franco (1901) e à Dissidência Progressista de José de Alpoim (1905) vieram acentuar a fragmentação política e a ausência de uma convergência consistente no sistema rotativista em torno dos grandes problemas nacionais. Em Dezembro de 1903, nas

⁴⁰ J. P. de Oliveira Martins, «O desagravo», *A Província*, 15-I-1890, *Portugal em África*, 2ª ed., Lisboa, 1953, pp. 52-53.

⁴¹ Cf. João da Câmara, «Crónica ocidental», *O Ocidente*, vol. xx, nº 697, 10-05-1898, p. 98.

⁴² Cf., por exemplo, *A República*, nº 4, 22-04-1890, pp. 1-2.

suas memórias, Raúl Brandão registava: «Outro facto extraordinário da nossa política: é sempre no campo adverso que estes homens têm mais radicadas amizades. E também se percebe nitidamente que no fundo da luta só há uma força, o rei. Por isso mesmo o rei é sempre o culpado»⁴³.

Raúl Brandão tocava no ponto-chave: o desgaste do poder moderador, ou seja, da própria figura do monarca que se prendia com seu excesso de exposição e as insuficiências da elite política no poder. Em última análise, com a própria erosão do regime monárquico-constitucional.

Os finais de Oitocentos corresponderam a um momento de crise de confiança da elite política e intelectual portuguesa, crise do sistema rotativista que acabaria, a prazo, por comprometer a própria sobrevivência da monarquia constitucional. Numa economia semi-periférica, de lento crescimento, o modelo regenerador, assente nos empréstimos externos e na modernização possível dos transportes e comunicações, chegava ao fim. Um maior intervencionismo do Estado na vida económica tornava-se mais consensual.

Um nacionalismo cultural de acentuada dimensão histórica e colonial continuou a afirmar-se na época como contraponto a um enraizado sentimento de decadência da nação. A extraordinária difusão da cultura histórica nacional conviveu com uma consciência de crise que antecedeu a eclosão da conjuntura difícil de 1890-92. Como duas faces da mesma medalha, nacionalismo historicista e consciência de crise coexistiram estreitamente. E num ambiente cultural em que dominava o cepticismo e a inquietação em relação ao futuro, quando não um olhar negativo sobre a situação do país, não surpreende que o republicanismo, embora dividido em correntes e grupos muito diversos e enfermado de algumas das características dos tradicionais partidos rotativos, acabasse por tornar-se a alternativa possível.

Lisboa, Janeiro de 2005

⁴³ Raúl Brandão, *Memórias*, vol. 1, Porto, s.d. [1919], pp. 132-133.